



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO QUITUNDE
PROCURADORIA JURÍDICA

Praça Ernesto Gomes Maranhão, nº 55 – Centro
CEP: 57.920-000 – SÃO LUÍS DO QUITUNDE - AL
CNPJ nº. 12342671/0001-10

CONTRATO Nº 150/2018– S.M.S.

CONTRATO TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO QUITUNDE E DE OUTRO ASIDALIA VERÇOSA DE SOUZA NA FORMA ABAIXO ESTABELECIDA.

01 - CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO QUITUNDE, pessoa jurídica de direito público, com se na Praça Ernesto Gomes Maranhão, nº 55, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o número 12.342.671/0001 – 10, representado, neste ato, pela Prefeita, FERNANDA MARIA SILVA CAVALCANTI DE OLIVEIRA, inscrita no RG. nº 2002001097835 SSP/AL e CPF / MF sob o n.º 053.496.814-78, residente e domiciliado neste município.

02 – CONTRATADO (A)

ASIDALIA VERÇOSA DE SOUZA, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no RG de nº 3119353-6 SCJDS/AL e CPF/MF sob o nº 044.467.424-18, residente e domiciliado na Rua Amara José Pacheco, S/N, Centro, no município de São Luís do Quitunde/AL.

03 - OBJETO

O(A) CONTRATADO(A) exercerá a função de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM** lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde da cidade de São Luís do Quitunde, Estado de Alagoas.

3.1 – O(A) CONTRATADO(A) desempenhará uma carga horária de 40(quarenta) horas semanais.

04 – DO PREÇO E PRAZO DA VIGÊNCIA

Pelos serviços prestados, a Prefeitura Contratante pagará ao (à) contratado (a) o valor mensal de R\$ 954,00 (novecentos e cinqüenta e quatro reais) por um período de 02 (dois) de janeiro a 30 de novembro.

4.1 - O presente contrato terá a vigência de 02 (dois) de janeiro a 30 de novembro, podendo ser prorrogado por igual período, nunca ultrapassando o exercício financeiro.

05 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Esta Contratação Temporária por Excepcional Interesse Público é legitimada com fulcro no art. 37, IX da CF/88 c/c Lei Municipal n. 861/14, tendo em vista a situação calamitosa que se encontra o Município de São Luís do Quitunde, ante a gravosa ausência de servidores efetivos minimamente suficientes para atender a demanda dos serviços públicos existentes.